

Exmo. Senhor
Eng.º Bernardo Alabaça
Director-Geral do Património Cultural
Presidente da Secção do Património
Arquitectónico e Arqueológico do
Conselho Nacional de Cultura
Palácio Nacional da Ajuda
1349-021 Lisboa

C/c: Exma. Senhora Ministra da Cultura.

Assunto: Requerimento para abertura de processo de classificação das Ruínas da Mesquita aljama de al-Ushbuna e conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa.

Lisboa, 19 de Outubro de 2020

Considerando:

- a) O conhecimento hoje disponível sobre as ruínas da Mesquita aljama de al-Ushbuna, bem como o conhecimento já consolidado sobre o conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa, bens abrangidos pela classificação como Monumento Nacional atribuída à Sé de Lisboa (Decreto de 16-06-1910, publicado Diário do Governo n.º 136 de 23 de Junho do mesmo ano e Decreto de 10-01-1907, publicado no Diário do Governo n.º 14 de 17 de Janeiro do mesmo ano);
- b) A importância excepcional dos vestígios arqueológicos em causa, reveladora de um *locus* urbano exemplar;
- c) O interesse cultural relevante destes bens, no âmbito do Património Cultural, designadamente a sua antiguidade, autenticidade, originalidade, singularidade ou exemplaridade, e o seu valor arqueológico, histórico-simbólico, técnico-construtivo e estético;
- d) O valor patrimonial de interesse nacional, correspondente aos critérios genéricos de apreciação presentes no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;
- e) As dúvidas recentemente levantadas sobre o estatuto de protecção legal – classificação – atribuído a estes bens.

Vimos, por este meio, no âmbito do disposto no artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro e demais disposições aplicáveis do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, submeter à consideração de V.º Exa. o requerimento de proposta de abertura de processo de classificação (ou de ampliação da classificação) das Ruínas da Mesquita aljama de al-Ushbuna e conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa.

Não obstante a decisão do Ministério da Cultura no sentido da preservação e valorização das ruínas da Mesquita aljama de al-Ushbuna e correspondente alteração do projecto de arquitectura, anunciada em nota à comunicação social datada de 14 de Outubro passado, mais



requeremos que a presente proposta seja sujeita a apreciação da Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura, em simultâneo com a análise do processo relativo ao *Projecto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa – 2ª Fase – Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação dos Claustros inferior e superior (em curso)*.

Subscrevem-se atenciosamente,
Os proponentes



Hermenegildo Fernandes



Jacinta Bugalhão



Manuel Fialho Silva

A – REQUERIMENTO INICIAL DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

* Campos de preenchimento obrigatório

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Ruínas da **Mesquita aljama de al-Ushbuna** e conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa.

1.3. Outras Designações: Lisboa – Claustro da Sé.

1.4. Local/Endereço: Acessos pelo Largo da Sé, Rua Augusto Rosa e, futuramente, pela Rua das Cruzes da Sé.

Localidade: Lisboa

Freguesia: Santa Maria Maior

Concelho: Lisboa

Distrito: Lisboa

1.5. Código Nacional de Sítio (CNS): 3229

2. CARACTERIZAÇÃO

2.1. Função Original: Cidade/Mesquita/Claustro.

2.2. Função Actual: Área Arqueológica.

2.3. Enquadramento:

O conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa foi intervencionado entre 1990 e a actualidade, no âmbito de trabalhos arqueológicos promovidos pelo IPPC, IPPAR, DRC-LVT e DGPC. Inicialmente, tratava-se de um projecto de emergência, evoluindo rapidamente para um projecto de investigação e valorização.

Entre 1990 e 1994 os trabalhos arqueológicos foram dirigidos pelos arqueólogos José Luís Martins de Matos e Clementino José Gonçalves Amaro (Amaro, 1994; Matos, 1994a; Amaro e Matos, 1996); e entre 1995 e 1999, por Clementino José Gonçalves Amaro e Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar. As campanhas de 2004-2005, 2010-2011 e 2018-2020 (estes ainda em curso), tiveram a direcção científica das arqueólogas Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar e Ana Maria Marques Gomes.

A campanha arqueológica de 2018-2020 decorre no âmbito das obras do Projecto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa – 2ª Fase – Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação do Claustro da Sé de Lisboa, promovido pelo Cabido da Sé de Lisboa e pela DGPC.

2.4. Descrição Geral*: (ver ponto 8)

n-151



2.5. Estado de Conservação: Muito Bom.

2.6. Espólio:

Foi recolhido abundante espólio integrável em todas as épocas representadas na ocupação do sítio. Destacam-se os conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro, período romano e Antiguidade Tardia, período islâmico e medieval cristão, com presença de produções locais e importadas. De época islâmica, mais precisamente do momento da conquista cristã em 1147, salientam-se os dois "tesouros", com elevado número de numismas (destacam-se as cunhagens de Beja e Silves de época almorávida e a presença de pequenos fragmentos de moedas dos reinos cristãos) e algumas jóias – anéis, pulseiras pendente e contas). Há ainda a referir a descoberta recente de uma espada de cronologia medieval.

2.7. Depositário do espólio/materiais:

DGPC/Patriarcado de Lisboa/Maria Alexandra Gaspar e Ana Maria Marques Gomes (arqueólogas, directoras científicas, na condição de fiéis depositárias, ao abrigo do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, publicado no Diário da República n.º 213, I Série).

3. SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE (obrigatório apenas quando o proponente for o proprietário)*

3.1. Proprietário: Patriarcado de Lisboa.

Endereço: Mosteiro de São Vicente de Fora, Campo de Santa Clara, 1100-472 Lisboa.

3.2. Artigo Matricial: Não se aplica.

4. OBSERVAÇÕES

4.1. Intervenções previstas:

Projecto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa – 2ª Fase – Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação do Claustro da Sé de Lisboa (em curso).

4.2. Pessoas/entidades que possam dar informações: DGPC, Cabido da Sé de Lisboa.

4.3. Restrições à divulgação da informação: Não se aplica.

5. OUTRAS PROTEÇÕES

5.1. Classificação: Sé de Lisboa imóvel classificado como MN - Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, Diário do Governo n.º 136, de 23-06-1910; Decreto de 10-01-1907, Diário do Governo n.º 14, de 17-01-1907.



2
B
B

5.2. ZEP: Zona Especial de Protecção da Sé/Igreja de Santo António/Igreja da Madalena/Lápides das Pedras Negras/Igreja da Conceição Velha/Casa dos Bicos Portaria publicada no Diário do Governo, II Série, n.º 213, de 11-09-1961.

Zona Geral de Protecção das Ruínas do Teatro Romano, Em Vias de Classificação.

5.3. Instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 310/03, de 10 de Dezembro): Plano Director Municipal, Aviso n.º 11622/2012 do Município de Lisboa, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 168 de 30 de Agosto de 2012.

6. CARATERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARTÍSTICA

6.1. Época(s) construtiva(s): Século VI a.C. – Século XIV.

6.2. Síntese histórica:

O claustro da Sé de Lisboa é um espaço urbano onde se encontram visíveis, numa pequena área, abundantes estruturas de alto valor patrimonial, revelando intensa densidade histórica e arqueológica. Esta impressionante densidade histórica explica-se em função de dois factores: tempo e espaço. Relativamente ao primeiro, a colossal estratigrafia arqueológica deste local privilegiado revela uma ocupação humana que se estende entre a Idade do Ferro (Amaro, 1993; Arruda, 1999-2000) e o momento do aterro realizado para a construção do claustro nas décadas finais do século XIII e o início do século XIV (Fernandes, 2006; Silva, 2017, p. 121) (para além de ocupações posteriores do espaço, sem relevância patrimonial equivalente). O segundo factor - o espaço – decorre da posição topográfica absolutamente central na lógica urbana da cidade durante a referida cronologia. Trata-se portanto de um espaço primordial para a compreensão da história da cidade, onde é possível ler directamente e de forma concentrada a evolução urbana da cidade, a partir do Património arqueológico e arquitectónico.

A evolução urbana deste espaço pode observar-se no Claustro da Catedral, desde o urbanismo romano planeado no século I da nossa era (Matos, 1994a; 1994b), passando pelas alterações ocorridas na antiguidade tardia que revelam um significativo processo de privatização do espaço público (Amaro, 1995), até às intervenções realizadas durante a época islâmica que reestruturaram a forma urbana deste espaço central da medina (Gomes e Gaspar, 2016). Entre os vários vestígios encontrados sob o pátio e a ala sul do claustro sobressaem as monumentais estruturas do complexo da Mesquita Aljama de Lisboa, edifício primordial da Lisboa muçulmana que constituem um testemunho determinante do quase meio milénio em que a cidade se inseriu mundo islâmico. Era do conhecimento comum no século XII que, como na generalidade

dos outros casos de cidades conquistadas ao Islão, a Sé tinha sido erguida sobre a Mesquita aljama (Conquista de Lisboa aos Mouros, 2001, p. 142-143), no centro da medina, situação topográfica natural para o principal templo muçulmano da cidade (Branco e Fernandes, 2011), em posição charneira no eixo que articulava a porta ocidental à porta do sol. Além disso, importa compreender que o edifício da Mesquita funcionou durante vários anos, possivelmente décadas, como Catedral de Lisboa, enquanto o templo cristão estava a ser construído (Almeida, 2001, p. 134; Fialho, 2017, p. 102), estando o restante complexo da mesquita, provavelmente a oriente do oratório, em uso até à construção do claustro, que implicou uma verdadeira revolução na topografia dessa área da cidade. A ligação entre o principal templo muçulmano da cidade e a Catedral cristã é pois, não só física, como histórica e cultural, pois o primeiro é alicerço da segunda, registando-se continuidade funcional entre ambos os edifícios. A sobrevivência de uma parte do complexo da mesquita situável no último período de dominação muçulmana em Lisboa, o almorávida, apresenta ainda um valor patrimonial excepcional devido ao facto de quase todas as mesquitas erguidas por esse império muçulmano, que se estendia desde a Mauritânia e Magreb ocidental até ao al-Andalus, terem sido destruídos, por razões de dissidência religiosa pelo poder almóada quando este se substituiu ao almorávida. Lisboa foi uma das poucas cidades de todo o al-Andalus sem ocupação almóada, visto que Afonso Henriques tomou a cidade antes que tal fosse possível, tornando os vestígios da mesquita aljama de Lisboa um património especialmente raro e precioso.

7. CARATERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA

Não se aplica.

8. CARATERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA

8.1. Tipo de sítio: Cidade/Mesquita/Claustro.

8.2. Período cronológico: Entre o século VI a.C. e a actualidade.

Os trabalhos arqueológicos realizados no Claustro da Sé Catedral de Lisboa revelaram uma densa ocupação urbana, associada a uma profunda antropização da topografia original do terreno (Matos, 1994a), resultando numa longa diacronia ocupacional, desde a Idade do Ferro (século VI a.C.) até à construção do Claustro em finais do século XIII - inícios do XIV. Estes contextos arqueológicos, localizados sob o pátio e a ala sul, sofreram perturbações pelas várias intervenções que decorreram no claustro entre o século XIV (construção do deambulatório, deposição de ossários, construções de diversos edifícios, infra-estruturas de saneamento, etc) e

o terramoto de 1755 (após o qual foi alvo de obras de recuperação). Na intervenção promovida pela DGEMN no segundo quartel do século XX, o claustro foi totalmente desimpedido de construções.

A ocupação sidérica do local, inscrita na Idade do Ferro orientalizante peninsular, é conhecida desde inícios do século XX através da recolha de numeroso espólio (Cardoso e Carreira, 1993). Os trabalhos arqueológicos dos anos 90 do século XX permitiram identificar uma sequência estratigráfica datável do século VI a.C. (Amaro, 1993; Arruda, 1999-2000; Arruda, Freitas e Vallejo Sánchez, 2000).

A ocupação de época romana remontará ao século II a.C. (Gaspar e Gomes, 2016). Da ocupação romana, reconhecem-se uma rua, essencial para o conhecimento da estrutura viária da cidade romana (Amaro, 1995 e 2001; Mantas, 1999; Silva, 2012). A via, construída no século I d.C. (Gaspar e Gomes, 2016), está pavimentada com lajes calcárias onde se identificam patamares separados por degraus (Amaro, 1995) e cloaca sob o tabuleiro. A via é ladeada por diversos edifícios (*tabernae* e estruturas habitacionais) cujas condutas de saneamento descarregam na cloaca. Este conjunto urbano permaneceu em utilização até à Antiguidade Tardia, sendo que, entre os séculos IV e VI, o espaço viário é ocupado por construções privadas (Amaro, 1995 e 2001; Gaspar e Gomes, 2016). O sistema de saneamento romano mantém-se em utilização até, pelo menos, a época islâmica (Matos, 1994a e 1994b; Amaro, 1998 e 2001; Gaspar e Gomes, 2016).

Durante a ocupação islâmica, nomeadamente no século XI, na parte norte do Claustro identificam-se contextos habitacionais (como edifícios com pavimentos lajeados e em almagre, fossas detriticas e tanques), artesanais e espaços públicos. Estas estruturas urbanas localizam-se na envolvente da mesquita aljama da cidade (Gaspar e Gomes, 2016) e mantiveram-se em utilização após a conquista cristã e subsequente edificação da catedral, até à construção do claustro.

Mesquita aljama de al-Ushbuna

Na metade sul do claustro da Sé de Lisboa foi identificado um grande edifício integrante do complexo da mesquita aljama de al-Ushbuna (Torres, 1994; Amaro, 1998 e 2001; Torres e Macias, 1998; Matos, 1999 e 2001; Bugalhão, 2009; Gaspar e Gomes, 2016; Silva, 2017), que se desenvolve para Nascente sob a Sé Catedral. O conjunto monumental estrutura-se em patamares (Gaspar e Gomes, 2016), correspondentes a três "socalcos" escavados na encosta, ocupando cerca de 400m². Todo o conjunto exibe um extraordinário estado de conservação, ao

nível da altura conservada das paredes (entre 2,3 e 5 metros de altura), rebocos e revestimentos, pavimentos e elementos construtivos como arcos, portas simples, portas duplas e janela, bancos e peanha embutidos nas paredes e nicho estucado. Como já referido, o edifício reutiliza o sistema de saneamento de época romana, que permaneceu em funcionamento (Amaro, 2001; Gaspar e Gomes, 2016).

No nível superior situa-se um grande compartimento (ou pátio?) rectangular, pintado com motivo em bandas vermelhas e brancas, com porta dupla a oeste (eventualmente para acesso à sala de orações localizada, segundo as fontes, sob a catedral). Na parede Norte, conserva-se um pequeno compartimento “em nicho”, abobadado, com um banco em alvenaria (Amaro, 2001; Gaspar e Gomes, 2016). No segundo nível, foram colocados a descoberto oito compartimentos (salas, pátios, corredores). Um dos compartimentos corresponderá à área de vestiário do balneário (ou hamam), com seus bancos decorados e assentes em pequenos arcos subogivais; e outro provavelmente à base do minarete com lanços de escadas assentes em arcos. Por fim, num terceiro nível, conservam-se dois compartimentos (ou espaços exteriores), ao nível da actual Rua das Cruzes da Sé, virados para a encosta Sul e para o Tejo.

Entre 1147 e a construção do claustro, as dependências da mesquita, já sagrada catedral, mantiveram-se em utilização, embora com reestruturações diversas. Entre o final do século XIII e o início do XIV, foi imposto sobre toda a área um sólido aterro sustentado por uma robusta muralha a Sul, para construção do claustro e sua cisterna (Gaspar e Gomes, 2016).

Considerando:

- a) Os critérios genéricos de apreciação e justificação do valor/interesse cultural do conjunto arqueológico conservado no claustro da Sé de Lisboa, nomeadamente o seu carácter matricial; o génio do respectivo criador; o seu interesse como testemunho notável simbólico, de vivências e factos históricos; o seu valor estético, técnico e material intrínseco; a sua concepção arqueológica, arquitectónica, urbanística; a sua extensão e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva; a sua importância do ponto de vista da investigação histórica ou científica;
- b) A importância excepcional do conjunto arqueológico conservado no claustro da Sé de Lisboa, o seu elevado valor patrimonial de interesse nacional e internacional, apreciação conjugada e fundamentada nos critérios de antiguidade, autenticidade, originalidade, singularidade ou exemplaridade, distinto valor arqueológico, paisagístico, histórico-simbólico, técnico-construtivo, e estético.



Conclui-se que este conjunto arqueológico, nomeadamente o monumental, imponente e singular complexo arquitectónico e arqueológico da mesquita aljama de al-Ushbuna constitui um dos mais importantes elementos patrimoniais de época medieval islâmica conservados em território português, ombreando com outros, de idêntico estatuto, localizados na bacia do Mediterrâneo. Como tal, merece classificação explícita e específica, constituindo a sua conservação, integração, valorização e disponibilização para fruição pública uma obrigação incontornável do Estado português.

9. BIBLIOGRAFIA

A *Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado* (2001) – Ed. Trans. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de (2001) – *História da Arte em Portugal: O Românico*. Lisboa: Editorial Presença.

AMARO, Clementino (1993) – Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa. In *Os Fenícios no território português* (Estudos Orientais, IV). Lisboa: Instituto Oriental, p. 183-192.

AMARO, Clementino (1994) – Arqueologia urbana de Lisboa: de uma prática de intervenção ao contributo para o PDM. *Bracara Augusta* (Encontro de Arqueologia Urbana). Braga. XLV, 97(110), pp. 139-150.

AMARO, Clementino (1995) – Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa. In *Actas da IV Reunião de Arqueología Cristã Hispánica (Lisboa, 1992)* (Monografies de la Secció Histórico-Arqueològica, IV). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Universitat de Barcelona/Universidade Nova de Lisboa, pp. 337-342

AMARO, Clementino (1998) – Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível. In MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio, coord. - *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 61-71.

AMARO, Clementino (2001) – Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica. In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura, pp. 165-197.

AMARO, Clementino; MATOS, José Luís de (1996) – Trabalhos Arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa - Notícia Preliminar. In FILIPE, Maria da Graça; RAPOSO, Jorge Manuel C., coord. - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações Dom Quixote, pp. 199-214.

ARRUDA, Ana (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* (Cahiers de Arqueología Mediterránea, 5-6). Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona/Carrera Edició, pp. 114-127.

ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera Teixeira de; VALLEJO SÁNCHEZ, Juan I. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3(2), pp. 25-59.



BRANCO, Maria João V.; FERNANDES, Hermenegildo (2011) – A Space for Institutionalization: some remarks on Cathedrals & Mosques in Medieval Iberia (11-13th centuries). In *Diverging paths? The shapes of Power and Institutions in the mediaeval Christian and Islamic worlds*. Madrid.

BUGALHÃO, Jacinta (2009) – Lisboa islâmica: uma realidade em construção. In *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos* (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro, 2008) (Xelb. Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História, 9). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, pp. 337-392.

CARDOSO, João Luís; CARREIRA, Júlio Roque (1993) – Le Bronze Final et le début de l'âge du Fer dans la région de l'estuaire du Tage. *Mediterrâneo* (Actas do Congrès Mediterranéen d'Ethnologie Historique). Lisboa. 2, p. 193-205

CASTILHO, Júlio de (1936) – *Lisboa Antiga: Segunda Parte. Bairros Orientais*. 2.ª Edição, vol. V. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

FERNANDES, Paulo Almeida (2004) – Iconografia do apocalipse: uma nova leitura do portal ocidental da Sé de Lisboa. *Revista Património Estudos*. Lisboa. 7, pp. 91-100.

FERNANDES, Paulo Almeida (2006) – O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições. *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Coimbra. 1, pp. 18-69.

FERNANDES, Paulo Almeida (2002) – O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista. *Artis: Revista do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. 1, pp. 57-87.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2015) – Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, eds. – *X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Silves, 22-27 de Outubro de 2012*. Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 851-860.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2016) – Ocupação medieval na Sé de Lisboa. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FAROLO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes, coord. - *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 113-28.

MANTAS, Vasco Gil (1999) – *Olísipo e o Tejo*. In *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha. Actas das Sessões*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 15-41.

MARINHO, José Rodrigues (1998) – A moeda no Gharb al-Ândalus. In TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, coord. – *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 175-184.

MATOS, José Luís de (1994a) – As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa. In MOITA, Irisalva, dir. - *O Livro de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte, p. 81-87.

MATOS, José Luís de (1994b) – Romanização de Lisboa. Trabalhos arqueológicos na sé de Lisboa. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 253-259.

MATOS, José Luís de (1999) – *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões, 28 p.



MATOS, José Luís (2001) – Lisboa islâmica. In *Actas do Colóquio "Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos" (850º Aniversário da Reconquista de Lisboa)* (Arqueologia Medieval, 7). Porto/Mértola: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 79-87.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998) – Na região de Lisboa e Santarém. In *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 84-111.

SILVA, Manuel Fialho (2017) – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/29987>.

SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da (2012) – *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, pp. 278-281. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/9472>.

SUMMATIVE, Elísio de; BRAGA, Jorge Salazar (1986) - *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*. Lisboa: Teorema.

TORRES, Cláudio (1994) – Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território. In ARRUDA, Ana Margarida, dir. – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 80-85.

10. ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS E FOTOGRÁFICOS (anexos)*

Planta de localização com o imóvel assinalado

Escala: 1:2000 1:5000 1:25000

Documentação fotográfica

Interior Exterior Envolvente

X	Y	Z	Datum	Projeção
194068.44	113095.87	Entre c. 13 e 20m	WGS84	WGS84

Longitude	Latitude	Altitude	Datum	Projeção
-9.132211	38.709821	Entre c. 13 e 20m	WGS84	WGS84

11. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

11.1. Proponentes:

Hermenegildo Fernandes Contato: 968064695 Documento de identificação: 5665854

Jacinta Bugalhão Contato: 964410988 Documento de identificação: 7800778

Manuel Fialho Silva Contato: 933309209 Documento de identificação: 10972413



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

dgpc
Direção Geral do
Património Cultural

11.2. Preenchido por: Jacinta Bugalhão, Manuel Fialho Silva e Hermenegildo Fernandes.

Data: 19/10/2020.

Os proponentes

Hermenegildo Fernandes

Jacinta Bugalhão

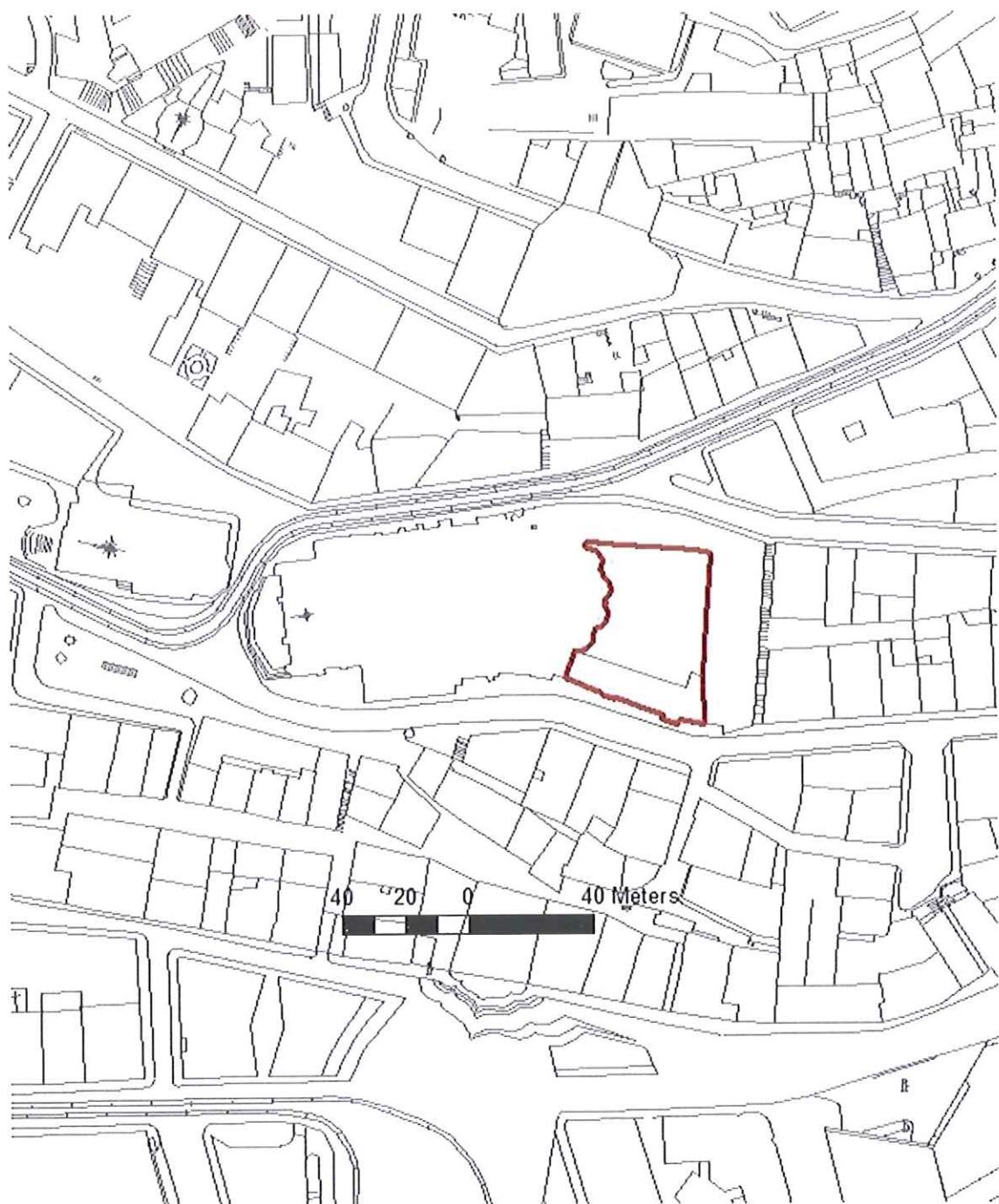
Manuel Fialho Silva

Recebido por: _____ Em: ____/____/_____

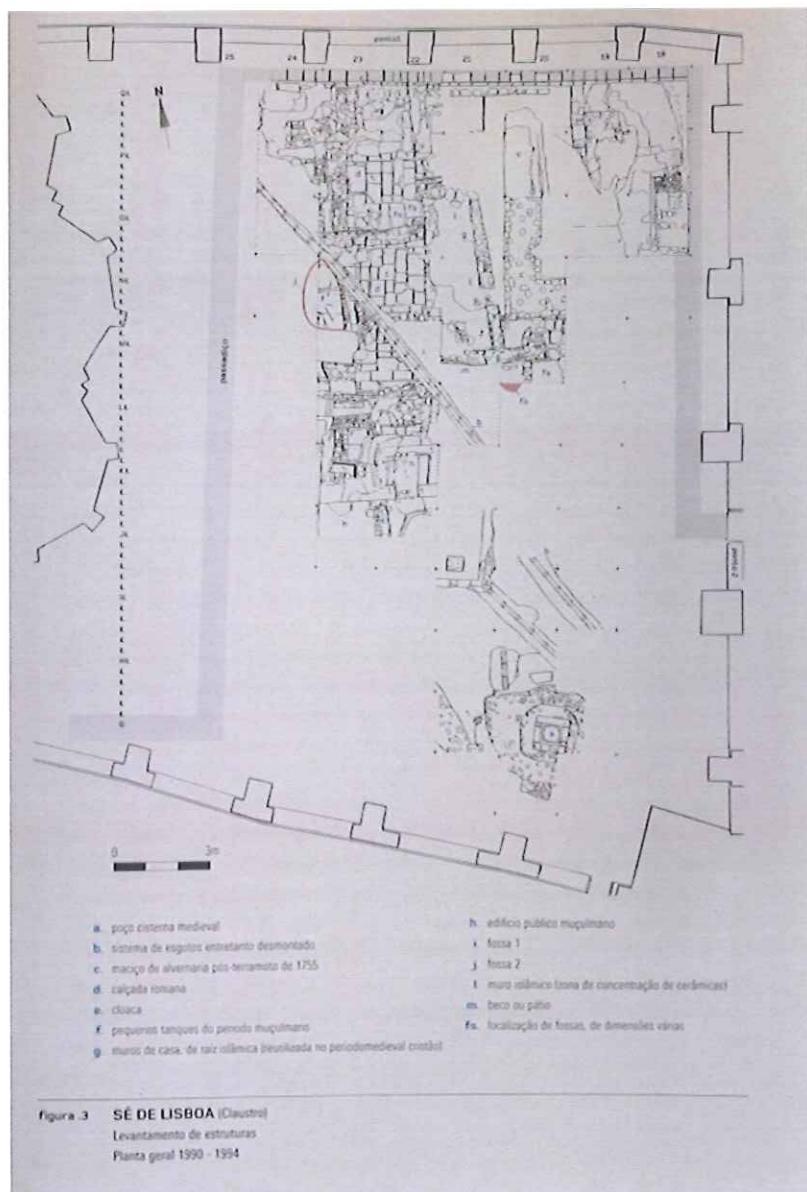


Anexos

Anexo 1 – Planta de localização do imóvel (1:2.000)

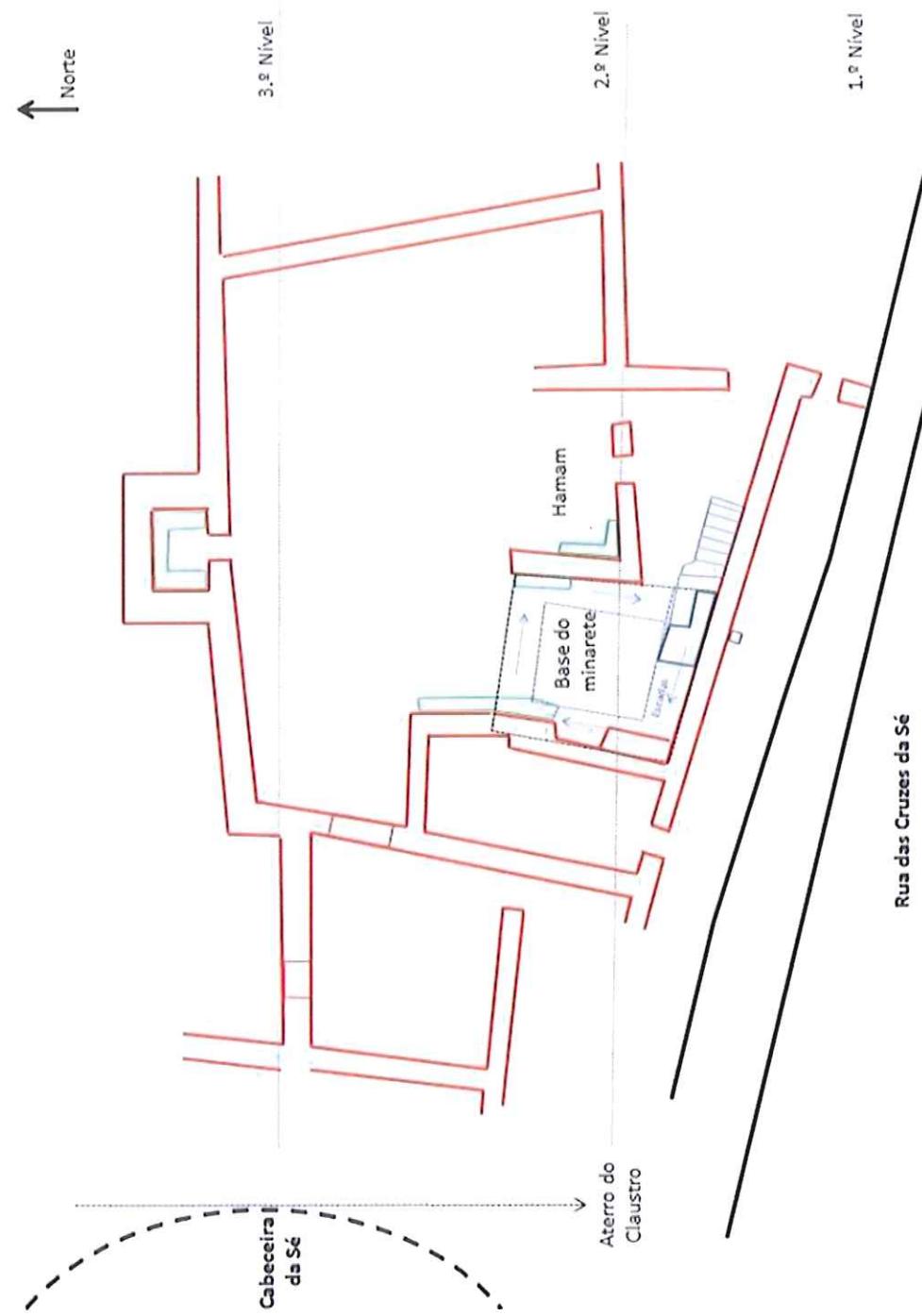


11
M&C
JZ

**Anexo 2 – Plantas e desenhos**

Estruturas arqueológicas exumadas até 2001.

In AMARO, Clementino (2001) – Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica Islâmica. In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura, pp. 165-197.



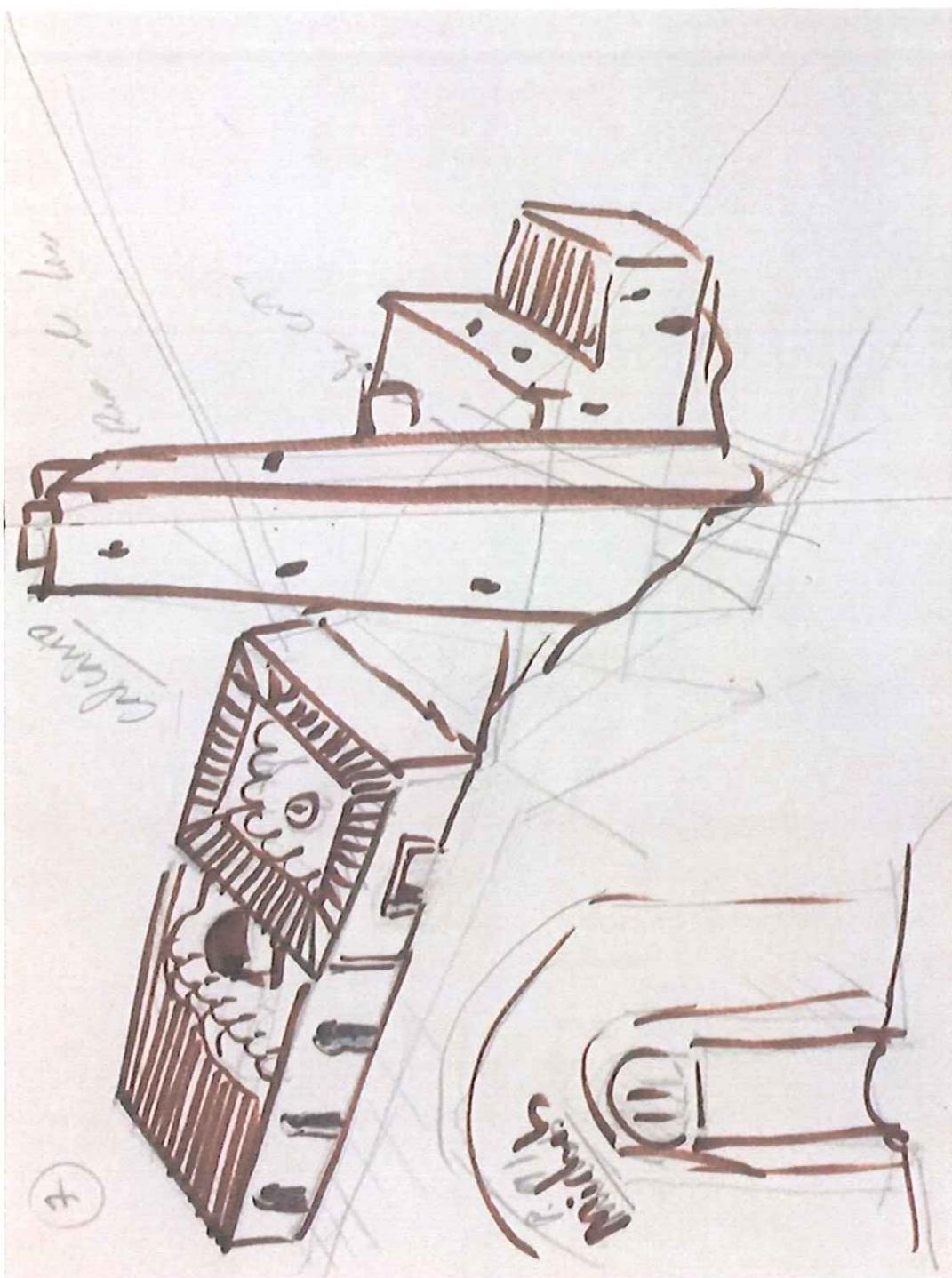
Esboço-planta esquemática e preliminar das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

dgpc
Direção Geral do
Património Cultural

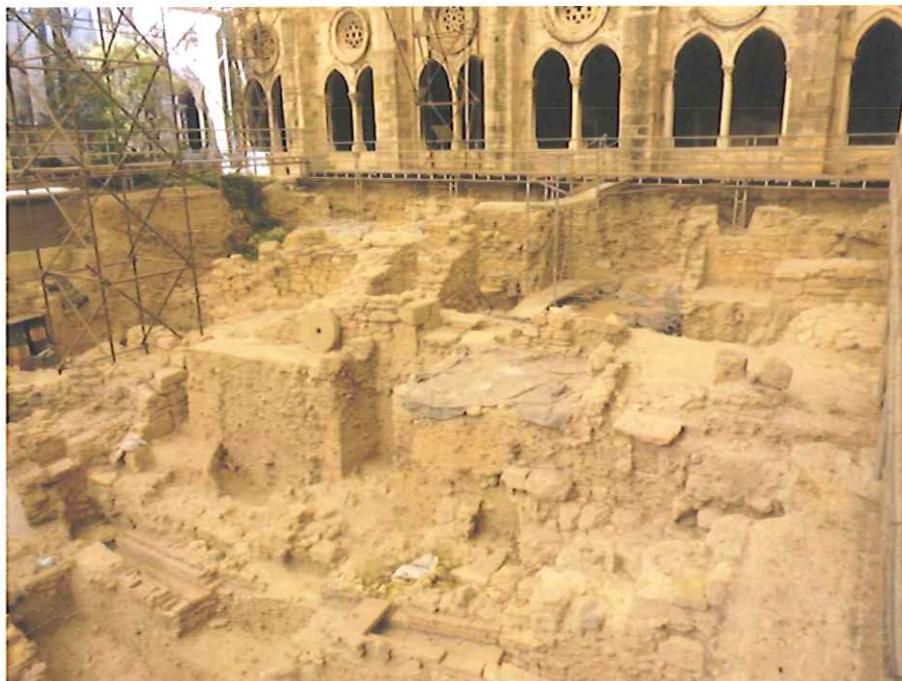


Mesquita aljama de al-Ushbuna, proposta de reconstituição preliminar. Ilustração de Guida Casella.



Anexo 3 - Fotografias

3.1. Conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa



Aspectos do conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

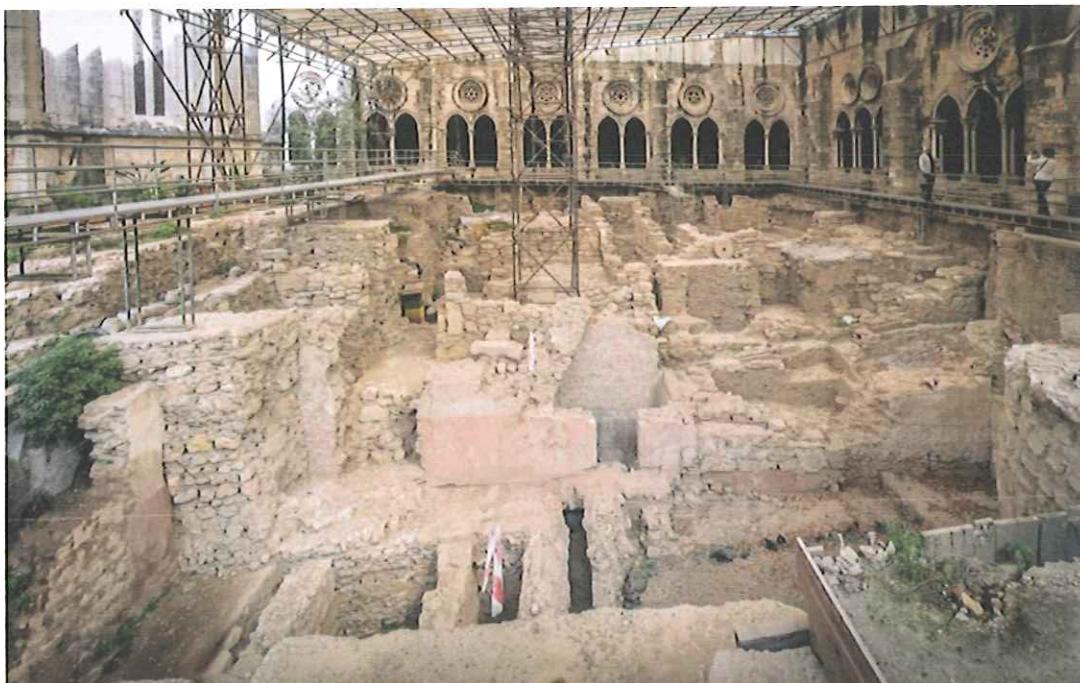
dgpc
Direção Geral do
Património Cultural



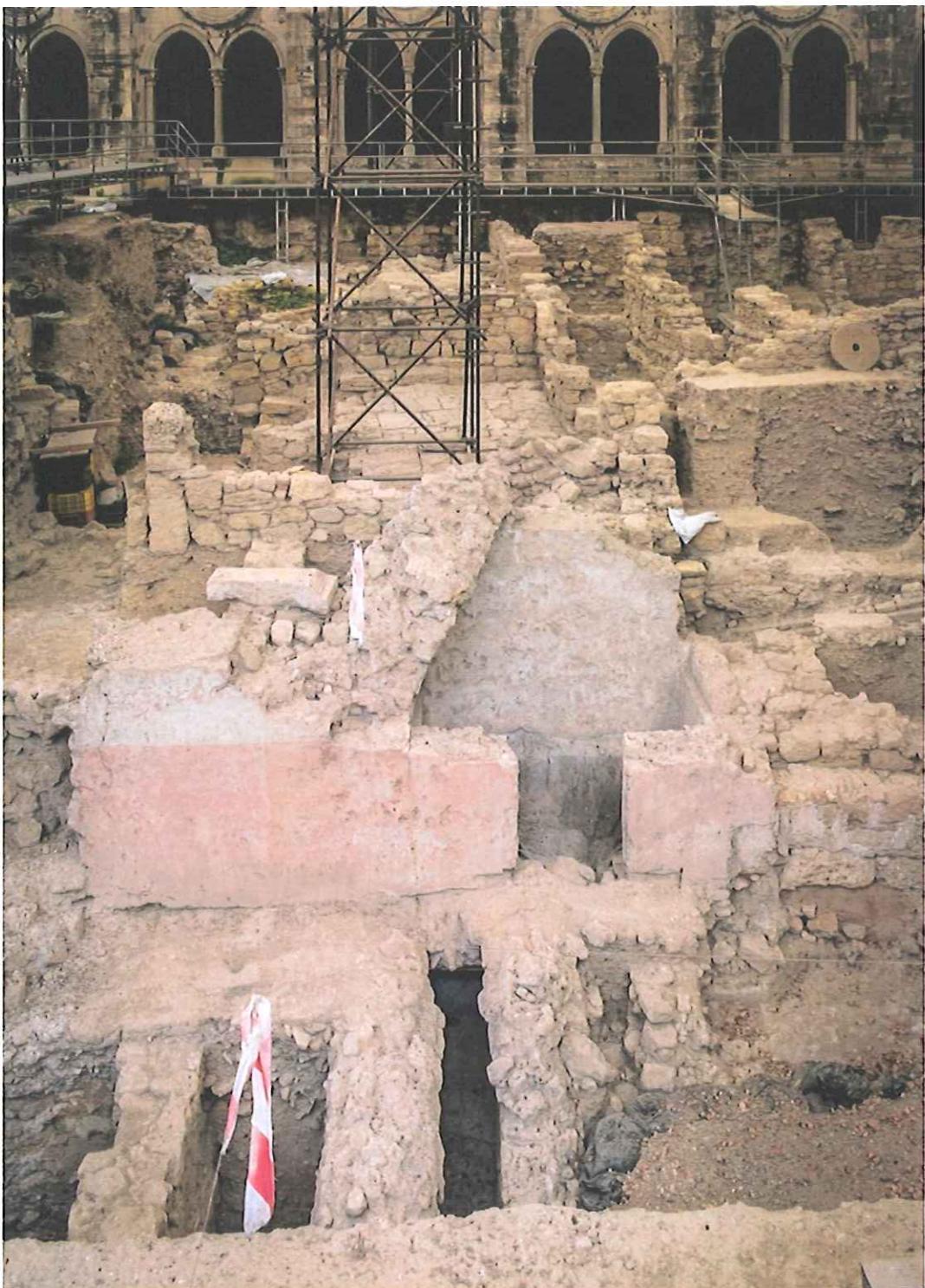
Aspectos do conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa.



3.2. Mesquita aljama de al-Ushbuna



Nível superior das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; compartimento abobadado pintado com bandas brancas e vermelhas (e cloaca romana) (© José Vicente)



Nível superior das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; compartimento abobadado pintado com bandas brancas e vermelhas (e cloaca romana).



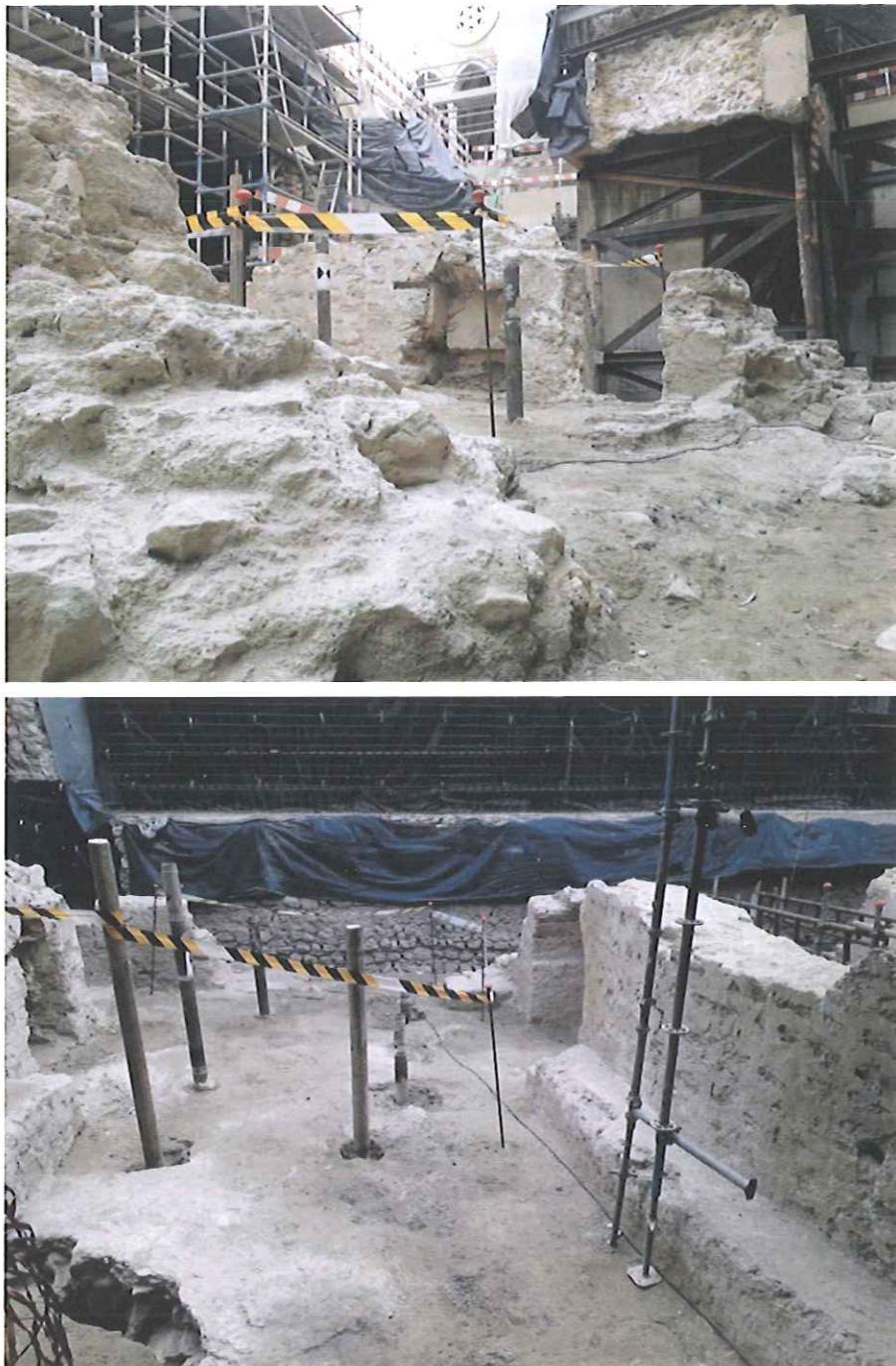
Nível intermédio das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; compartimento interpretado preliminarmente como base do minarete; com arco.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

dgpc
Direção Geral do
Património Cultural



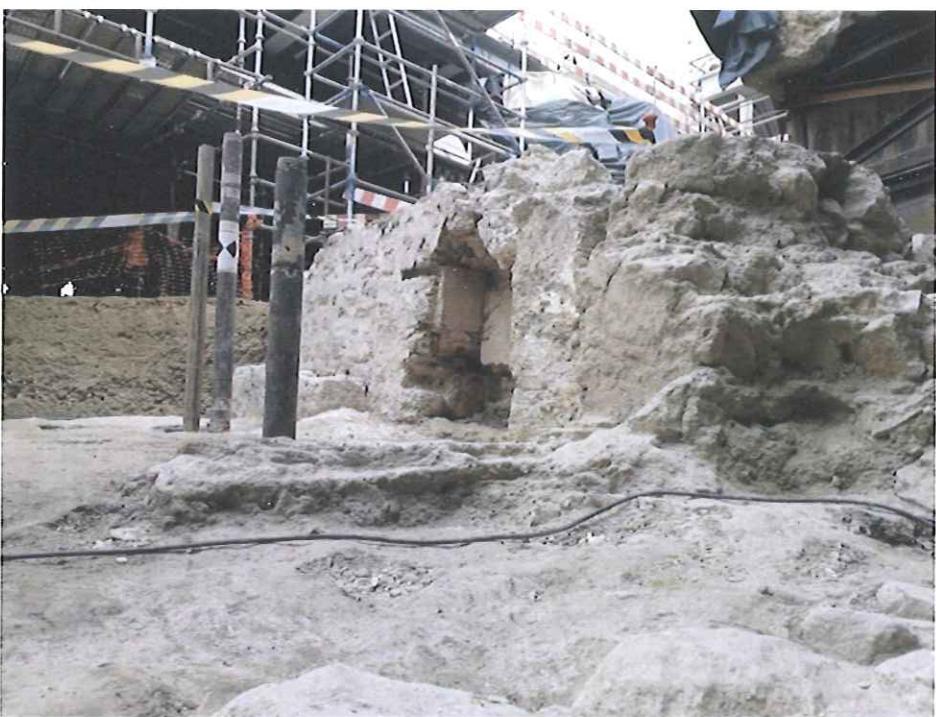
Nível intermédio das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; compartimento interpretado preliminarmente como base do minarete.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

dgpc
Direção Geral do
Património Cultural



Nível intermédio das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; compartimento interpretado preliminarmente como base do minarete; nicho embutido e estucado.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

dgpc
Direção Geral do
Património Cultural



Nível intermédio das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; compartimento interpretado preliminarmente como vestírio do *hamam*; escadas do possível minarete, em segundo plano.



Nível intermédio das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; compartimento interpretado preliminarmente como vestírio do *hamam*.



Nível intermédio das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; compartimento interpretado preliminarmente como vestírio do *hamam*.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

dgpc
Direção Geral do
Património Cultural



Nível intermédio das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; revestimento parietal.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

dgpc
Direção Geral do
Património Cultural



Nível intermédio das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; ombreira de porta.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

dgpc
Direção Geral do
Património Cultural



Nível inferior das estruturas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; parede Sul e canal de drenagem vertical.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

dgpc
Direção Geral do
Património Cultural



Ruínas da Mesquita aljama de al-Ushbuna; exemplos de grafitos sobre revestimento parietal.